

Sistema misto de Lucena tem apoio de Sarney

O presidente José Sarney vê com grande simpatia a proposta do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) estabelecendo um sistema misto em que a chefia do Estado e do Governo continuam com o Presidente da República e em que não há Primeiro-Ministro. Em conversa com Lucena, o Presidente disse-lhe que essa era a "melhor" das propostas de sistema misto que lhe foram apresentadas.

O presidente do Senado revelou ontem que confia na aprovação dessa sua proposta, bem como em outra segundo a qual o Ministro de Estado, convocado pela Câmara ou Senado, será julgado após sua exposição. Se for reprovado estará obrigado, eticamente, a solicitar demissão de seu cargo.

assinado algumas propostas frisando que é somente apolamento" comentou.

MODELO

O sistema misto idealizado por Lucena baseia-se no modelo uruguaio. O Presidente da República, que terá de obter a maioria absoluta, exerce também o Poder Executivo. Não há Primeiro-Ministro. Praticamente todas as atribuições atuais do Presidente são mantidas.

Em termos institucionais, a maior inovação é a subordinação, indireta, dos Ministros de Estado ao Congresso, onde terão de comparecer sempre que convocados. Por iniciativa de um terço de seus integrantes, no mínimo, a Câmara poderá apreciar moção de censura a um ou mais Ministros de Estado. A moção de censura, que terá de ser aprovada por 2/3 da Câmara, poderá ser individual ou coletiva. Sua aplicação implica a exoneração do atingido.

Quando, no decorrer de um mesmo mandato dos membros da Câmara Federal, for aprovada, pela segunda vez, moção de censura coletiva, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara Federal e convocar eleições extraordinárias. A data da eleição será fixada dentro do prazo máximo de 120 dias. O Presidente da República não poderá dissolver a Câmara nos últimos doze meses de seu mandato e os signatários de moção de censura que não for aprovada não poderão apresentar outra na mesma sessão legislativa.



Albano, entre o assessor Antônio Olinto e o industrial Jorge Weber (D) cobrou pressa no processo político

FORTALECIMENTO

Na opinião de Humberto Lucena, a Assembleia Nacional Constituinte tende a aprovar um sistema de Governo que permita o fortalecimento do Poder Executivo, sem, no entanto, implicar em enfraquecimento do Presidente da República. Isso significa que não passará, a seu ver, o parlamentarismo puro apesar de alguns parâmetros, como o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), terem obtido 300 assinaturas — maioria absoluta — em sua proposta.

"Essas listas não me impressionam. Muitas vezes o parlamentar assina como simples apolamento (n-ao há o compromisso de votar a favor). Eu mesmo tenho

Centrão obtém até votos da esquerda

O Centrão começa a se preparar a partir de hoje para a fase de apresentação de emendas, aglutinando em seu campo parlamentares das mais variadas origens, que até então permaneciam fora de sua articulação. Após garantir, por telefone e telegramas, a presença em Brasília de cerca de 300 constituintes para o término da votação do Regimento Interno, o grupo espera assim, com mais substância, saborear as vitórias políticas, principalmente no que diz respeito à questão da estabilidade e da educação.

Mais de 30 parlamentares fora do Centrão, incluindo alguns históricos do PMDB irão, segundo o deputado Dasso Coimbra, votar com o grupo para que

a estabilidade no emprego, aprovada pela Comissão de Sistematização, seja trocada por um sistema de indenização. "Iráo votar — diz Dasso Coimbra — porque sabem que só assim estaremos assegurando o emprego de milhares de brasileiros, pois se passar a emenda que garante a estabilidade, no dia seguinte começarão a chover demissões em todo País".

A não estatização da educação, com concessão de bolsas de estudo para escolas particulares, onde houver carência de escolas públicas é, ainda de acordo com Dasso Coimbra, um outro ponto onde o Centrão conta com a simpatia de dezenas de constituintes não alinhados ao grupo. "Todos nós sabemos — ex-

plica o deputado — que em determinados Estados, a carência de escolas oficiais não permite que simplesmente se ignore a escola particular, que neste caso deverá contar com o reforço da bolsa de estudos, para o amparo das famílias mais humildes".

Dasso Coimbra explicou ainda que esses votos, contados fora do Centrão não são votos combinados, mas espontâneos, ditados pela consciência de cada constituinte. "Agora, a partir de hoje começaremos a amarrar nossos contatos com parlamentares, que sabem serem favoráveis a algumas de nossas teses, para que tenhamos não apenas uma vitória da maioria, mas basicamente uma vitória política".

Albano diz que a crise exige diretas

Rio — O presidente da CNI, senador Albano Franco, disse ontem, durante o encontro de confraternização com a imprensa, que existe entre o empresário e o nacional o desejo acentuado de realização das eleições diretas "o mais breve possível", tendo em vista o agravamento da crise econômica.

Os empresários, lembrou Albano, acreditam que sem uma definição de rumos e diante do quadro desalentador que hoje se apresenta é preferível antecipar o problema das eleições. Disse ainda que a decisão que seu partido, o PMDB, tomar, de 4 ou 5 anos, será acertada por ele. (Ver análise econômica da CNI na página 7)

O presidente da CNI declarou que por maioria de 80 por cento o empresário é favorável ao regime presidencialista. A CNI, advertiu Albano Franco, não tem, não teve e nem terá posição política, pois como entidade sindical a legislação não lhe permite nenhum posicionamento político-partidário. O empresário, este sim, como cidadão, pode e deve participar da política partidária.

Na qualidade de constituinte o presidente da CNI disse acreditar que, no máximo em fins de março, princípio de abril, o texto constitucional deverá estar pronto. "Eu continuo a defender que esta nova Carta para ser duradoura, deve refletir os anseios da sociedade brasileira e não pode ter vencedores nem vencidos. Ela deve ser o produto de um amplo e fraterno entendimento entre aqueles que foram escolhidos pelo povo do meu País para escrever uma constituição digna do novo milênio que se aproxima.

Albano defendeu a classe empresarial ao afirmar que os seus pares cobram corajosamente do governo diretrizes mais firmes, e definições claras a respeito dos gastos públicos e do déficit da máquina estatal. "Como também não poupamos elogios quando o governo acerta e apresenta pontos positivos como foi no caso da moratória e nas questões do pagamento dos juros da dívida externa", observou.

Ex-ministro acha que falta decisão

RENATO RIELLA
Enviado Especial

Salvador — O ex-ministro da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, disse ontem que os problemas do Brasil não dependem da escolha do novo ministro da Fazenda. "Dependem do presidente José Sarney resolver tomar decisões", declarou ele, que é presidente do Banco Econômico, e reuniu a imprensa num almoço de fim de ano no Hotel Meridien, para expressar a insegurança vivida pelas áreas produtivas nacionais, concluindo com um comentário que demonstra a sua insatisfação com os rumos do Governo:

Se encontrássemos um Felipe Gonzalez, em um ano as coisas seriam diferentes — disse ele numa entrevista na qual negou que pretendia voltar ao Governo, acreditando que pode ser mais útil ao País trabalhando na iniciativa privada.

O encontro de Angelo Calmon com a imprensa praticamente não teve nada a ver com o Banco Econômico, girando durante todo o tempo sobre os problemas econômicos e políticos do País. O ex-ministro disse que a moratória adotada pelo governo na época do ministro Dilson Funaro era tecnicamente necessária, mas "o Brasil não precisava ter dado canelada de graça na comunidade financeira internacional". Segundo suas explicações, a moratória prolongada não trouxe benefícios para o País. FMI não é palavra e o País só abre mão da sua soberania se quiser. Podemos ir ao FMI aplicando o nosso programa — afirmou o ex-ministro, comentando que a dívida externa é um problema de toda a América Latina, e não apenas do Brasil, e este problema vai ter uma solução política. Disse ainda que "nenhum País pensa em pagar a dívida e nenhum credor pensa em receber este pagamento" e que os acordos provisórios ajudam a manter a relação com a comunidade financeira internacional enquanto a solução política global não vem. Segundo ele, até o PMDB já começa a enxergar esta realidade.

Afirmando que o problema mais grave do Brasil

não é a dívida externa, mas a inflação, Angelo Calmon lamentou que até hoje o governo não tenha decidido política, com suporte político, para cortar o déficit público. Neste ponto, a sua entrevista assumiu um tom duro, com previsões pessimistas.

Como cidadãos, temos de entender que precisamos fazer sacrifícios — declarou, esclarecendo que o País precisa desenvolver a consciência de que o Governo deve encolher e que haverá menos empregos públicos.

Ele teme, no entanto, que o Governo fique no bate e assopra, tomando medidas duras e depois relaxando para atender as pressões políticas. Se isso acontecer, acha que vamos fechar o ano de 1988 com uma inflação tão alta como a atual. Lembrou, então, a frase de Tancredo Neves que marcara o discurso de posse: "É proibido gastar!".

Os repórteres quiseram levantar uma questão difícil para um banqueiro, perguntando-lhe o que fazer para reduzir os juros. Ele respondeu que a redução dos juros depende da redução do déficit público. "Quem dita as taxas é o Governo, que é o maior tomador de dinheiro. O Governo é quem puxa as taxas de juros. O Banco Central tem o monopólio do mercado nessa área", comentou.

Angelo Calmon, que teve o seu nome citado em algumas áreas políticas como cotado para substituir Bresser Pereira no Ministério da Fazenda, acha que Sarney escolherá alguém de dentro do Governo e, pessoalmente, defende a opção pelo ministro interino, Mailson Nóbrega, "um profissional que conhece a máquina da Fazenda". O presidente do Banco Econômico lembrou que ministros que passaram pela Fazenda nos últimos anos levaram seis a sete meses para entender as rotinas, o que facilitaria a escolha de Mailson, um homem já adaptado ao cargo.

Mas a solução ideal seria um político que pudesse adotar medidas corajosas. Ulysses Guimarães, por exemplo, seria o homem ideal, se quisesse aplicar essas medidas — declarou Angelo Calmon.

Forma mitigada mudaria pouco

Reusitada por alguns parlamentaristas, a emenda do "Parlamentarismo Mitigado" de autoria do deputado Manoel Moreira (PMDB/SP) — que vem sendo trabalhada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG) — na realidade preserva características insignificantes do novo sistema de governo. Na proposta apresentada pelo parlamentar paulista, mas redigida pelo assessor jurídico do presidente Ulysses Guimarães, Miguel Reale Júnior, a figura do Primeiro-Ministro existe apenas como um mero coordenador do Conselho de Ministros, a serviço do Presidente da República, a quem cabe privativamente a chefia simultânea do Governo e do Estado.

Esta emenda vem sendo defendida por uma corrente do grupo parlamentarista, liderada pelo deputado Bonifácio de Andrada, que considera uma das saídas para garantir a aprovação pelo plenário da Constituinte do novo sistema de governo. Descrente quanto a manutenção do parlamentarismo clássico aprovado pela Comissão de Sistematização, ou de uma proposta semelhante como a do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB/PE), Bonifácio de Andrada vê na emenda Manoel Moreira a base para uma nova rodada de articulações entre parlamentaristas e presidencialistas.

Tecnicamente a proposta é presidencialista, mesmo por que não prevê a essência do parlamentarismo, que é a atribuição da chefia do Governo ao Primeiro-Ministro. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, com a cooperação do Primeiro-Ministro, dos ministros de Estado e do Conselho de Ministros. Além de convocar e presidir o Conselho da República, de Ministros e do Conselho de Defesa Nacional, o Presidente tem poderes para nomear e exonerar o Primeiro-Ministro quando quiser, sem autorização do Congresso Nacional.

nal. Toda a parte administrativa referente a programas de governo também é de competência do Presidente da República, que inclusive terá um vice.

Nesta fórmula de presidencialismo congressional, compete ao primeiro-ministro, entre outras coisas, atuar como elemento de mediação entre o Presidente da República e o Congresso Nacional, opinar sobre a nomeação dos ministros de Estado e solicitar sua destituição, coordenar a execução do plano de governo e atuação dos ministros e exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente da República.

Outra característica do parlamentarismo preservada na emenda Manoel Moreira, é a moção de censura, que se impõe ao Primeiro-Ministro, importa na exoneração dos demais ministros. A exoneração do Primeiro-Ministro pode ser feita pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da República, em caso de "fundada incompatibilidade", comunicando apenas ao Congresso Nacional.

A exoneração pode ocorrer ainda se aprovada no Congresso Nacional por maioria absoluta, moção de censura, que poderá ser apresentada somente após seis meses de nomeação do Primeiro-Ministro, por iniciativa de um terço de Congresso Nacional.

O deputado Alceni Guerra (PFL/PR), da corrente que defende a negociação em torno de uma proposta de parlamentarismo mais puro, acha difícil que a Emenda Manoel Moreira seja aceita pelos parlamentares que compõem o grupo parlamentarista. Ele lembra que apesar de no momento a situação se apresentar desfavorável à aprovação do novo sistema pelo plenário, está ganhando força a emenda de autoria do deputado Egidio Ferreira Lima, de parlamentarismo clássico, que já possui a adesão de cerca de 300 constituintes.

Só nove emendas por título

Para agilizar o processo e facilitar a votação do novo texto constitucional, o Centrão decidiu apresentar apenas nove emendas referentes a cada título do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, no lugar das quase 30 propostas preparadas inicialmente pelo grupo. A mudança na sistemática de trabalho foi decidida ontem, diante do grande número de alterações que o Centrão pretende introduzir no atual projeto de Constituição.

A sala e dois dos quatro

quartos do amplo apartamento funcional do deputado Ricardo Flúza (PFL/PE), em uma suíte da Asa Norte de Brasília, foram transformados no principal reduto de trabalho dos líderes do Centrão, encarregados de elaborar as emendas a serem propostas pelo grupo. Com uma infra-estrutura de apoio que inclui um microcomputador, datilógrafos e assessores jurídicos, são preparadas, revisadas e refeitas as propostas que, na verdade, substanciam um projeto próprio, já em sua quarta versão.

O grupo pretende concluir todo o trabalho até o dia 4, quando os constituintes começarão a chegar a Brasília para a votação do novo Regimento Interno da Assembleia. A partir deste dia, terá início a coleta das 280 assinaturas necessárias para garantir a preferência das emendas do Centrão sobre o projeto votado pela Sistematização. Segundo Bonifácio de Andrada o grupo n-ao deverá encontrar dificuldades para atingir este número mesmo com algumas defecções sofridas durante a votação do Regimento.

Centristas já pensam no Primeiro-Ministro

Caso o plenário da Constituinte mantenha o sistema parlamentarista de governo, o Primeiro-Ministro deve ser escolhido entre os integrantes do Centrão. A afirmação é do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), para quem o surgimento do grupo, atualmente majoritário na Constituinte, alterou profundamente a correlação de forças no Congresso, retirando do PMDB a maioria que o credenciava a indicar o chefe do Governo.

Bonifácio lembra que não fala pelo Centrão, que optou por deixar fora das discussões do grupo o sistema de governo e mandato presidencial. Mas não tem dúvidas de que, mantido o parlamentarismo, o Primeiro-Ministro será indicado pelo grupo. Ele tem certeza de que o bloco parlamentar transcenderá a elaboração da nova Constituição e permanecerá unido durante todo o processo de implantação do novo sistema e futura da legislação ordinária.

O parlamentar mineiro votou pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, mas reconhece que a tendência pelos quatro anos e praticamente irreversível. Acredita, entretanto, que o parlamentarismo seria uma boa saída para a crise política, pois, além de mudar o comando do Governo, colocaria o Legislativo em uma situação de co-participação das ações governamentais.

Benevides: Regimento sai segunda

O senador Mauro Benevides, 1º vice-presidente da Assembleia Constituinte, disse ontem, em Brasília, que a votação da reforma do Regimento Interno poderá ser concluída na segunda-feira. No plenário, o debate do projeto da nova Constituição deverá se iniciar dia 23 ou 24.

Na sua opinião, cada constituinte regressará a Brasília para o reinício dos trabalhos disposto a concluir a votação da reforma do Regimento a fim de dar início ao debate e votação do projeto da nova Constituição. No minirrecesso da Constituinte os parlamentares foram cobrados e até pressionados pela sociedade, pela demora na elaboração da nova Carta Constitucional.

O senador cearense revelou que ele mesmo, nas ruas e no aeroporto de Fortaleza, foi cobrado por diversas pessoas, pela não-votação da nova Constituição, até agora, depois de quase um ano da instalação da Assembleia.

Após conversa telefônica com Ulysses Guimarães, Benevides confirmou que o deputado que está em Nova Iorque, não pretende mais promover reuniões com líderes partidários, decepcionado pelo insucesso de meados deste mês.

"O presidente Ulysses chegou a exaustão, com longas reuniões com os líderes, pela manhã, à tarde, à noite, pela madrugada, sem que se chegasse ao acordo. Agora, está determinado a concluir a votação do Regimento Interno — cinco ou seis destaques

— na próxima segunda-feira" observou.

O senador cearense lembrou que a sessão do dia 4 de janeiro foi convocada no dia 17 de dezembro último e, além disso, Ulysses telegrafou a todos os demais 558 constituintes, fazendo apelo dramático pela presença de cada um em Brasília, até o final da votação do projeto da nova Constituição.

Pelas previsões de Mauro Benevides, se concluída na próxima semana a votação da reforma do Regimento, a partir do dia 23 ou 24 de janeiro o plenário iniciará a votação do projeto, o preâmbulo e o título I. Toda a Mesa da Constituinte estará presente à sessão do plenário, dia 4, às 16 horas.

O senador cearense revelou que ele mesmo, nas ruas e no aeroporto de Fortaleza, foi cobrado por diversas pessoas, pela não-votação da nova Constituição, até agora, depois de quase um ano da instalação da Assembleia.

Após conversa telefônica com Ulysses Guimarães, Benevides confirmou que o deputado que está em Nova Iorque, não pretende mais promover reuniões com líderes partidários, decepcionado pelo insucesso de meados deste mês.

"O presidente Ulysses chegou a exaustão, com longas reuniões com os líderes, pela manhã, à tarde, à noite, pela madrugada, sem que se chegasse ao acordo. Agora, está determinado a concluir a votação do Regimento Interno — cinco ou seis destaques

Liminar ameaça posse do PT em Vila Velha

Vila Velha (ES) — Não bastasse a possibilidade de ter um mosquito como prefeito, a população de Vila Velha poderá ver frustrada a expectativa da posse dia 1º de janeiro do prefeito eleito Magno Pires, da coligação PT/PZB. O juiz da Vara da Fazenda Pública do Município, Ailton Barbosa Sobrinho, concedeu liminar ao mandato de segurança impetrado pelo advogado do atual prefeito, Carlos Malta (PMDB), no qual é pedida a anulação da eleição realizada no último dia 13.

No mandato de segurança do advogado do PMDB usa três argumentos para pedir a invalidação do pleito. Segundo ele, o PCB, que obteve 12.788 votos, não poderia ter concorrido, pois não possui registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral. A segunda argumentação é contra o presidente da Câmara Municipal de Vila Velha, Ernesto Raita, não poderia ter marcado a posse para o primeiro dia de janeiro, já que

existe um processo tramitando no STF, no qual é contestada a validade da eleição.

Magno Pires já foi inclusive diplomado como prefeito no último dia 18º, em ato assinado pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Esta, por sinal, é a terceira argumentação do advogado do prefeito derrotado.

Ao tomar conhecimento da decisão do juiz, ontem à noite, Magno Pires disse que os advogados do PT vão recorrer da decisão, pois ela "não tem nenhum fundamento e é mais uma prova de desrespeito do PMDB com o resultado das urnas". Sobre a possibilidade de serem anulados os votos do PCB, o prefeito eleito disse não estar preocupado, pois desde 1985 que o TSE permitiu que tanto o PCB como o PC do B participassem de eleições, tendo, inclusive, os dois conseguido eleger alguns representantes para a Constituinte.

Quércia cobra atraso do PMDB

São Paulo — O PMDB é o principal responsável pelo atraso na aprovação da Nova Constituição porque é maioria na Constituinte, disse ontem, o governador Orestes Quércia, em seu programa "Bom Dia, Governador", apresentado por uma cadeia de emissoras paulistas, diariamente.

Quércia chamou atenção de seu partido, o PMDB, lembrando o compromisso assumido de aprovação da Carta Magna no dia 15 de novembro deste ano. "Entraremos em 1988 sem que tenhamos sequer aprovado o regimento interno da Constituinte porque os políticos não se enten-

dem", acrescentou.

O governador salientou que essa demora prejudica o País. "Os grandes interesses brasileiros estão dependendo da aprovação da Constituição. Por isso, acho fundamental apresentarmos os constituintes para que votem a nova Carta", afirmou.

Ari Cunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Ônibus fiado

Uma das histórias mais interessantes do tempo da construção de Brasília, é que terá sido, talvez, a única do mundo onde se andava de ônibus para pagar no dia seguinte ou no pagamento.

Havia duas empresas, a Alvora e Meireles. Vinham da Cidade Livre para o Plano Piloto, passando por todos os acampamentos. O trajeto era feito pelo Eixo Central até a altura da 108, onde uma linha entrava à esquerda, e fazia Iapb, Iapetec, Iapi. Outra, entrava pelo lado direito, fazia Ipase e seguia pelos ministérios, Vila Planalto, Vila Amaury.

Não havia borboleta nos ônibus, deixando de haver, portanto, o controle sobre o número de passageiros. Mas o dono da empresa fazia um cálculo de quantos passageiros-dia teria mais ou menos, e se a percentagem baixava demais, ele demitia o trocador.

Mas os trocadores mais antigos habituavam-se aos candangos recém-chegados, que ainda não tinham dinheiro. Entendiam a situação, e faziam o transporte fiado, para pagar amanhã, ou quando arranjassem emprego.

Dizem os da época, que eram muito poucos os calotes.

RENATO RIELLA
Enviado Especial

Salvador — O ex-ministro da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, disse ontem que os problemas do Brasil não dependem da escolha do novo ministro da Fazenda. "Dependem do presidente José Sarney resolver tomar decisões", declarou ele, que é presidente do Banco Econômico, e reuniu a imprensa num almoço de fim de ano no Hotel Meridien, para expressar a insegurança vivida pelas áreas produtivas nacionais, concluindo com um comentário que demonstra a sua insatisfação com os rumos do Governo:

Se encontrássemos um Felipe Gonzalez, em um ano as coisas seriam diferentes — disse ele numa entrevista na qual negou que pretendia voltar ao Governo, acreditando que pode ser mais útil ao País trabalhando na iniciativa privada.

O encontro de Angelo Calmon com a imprensa praticamente não teve nada a ver com o Banco Econômico, girando durante todo o tempo sobre os problemas econômicos e políticos do País. O ex-ministro disse que a moratória adotada pelo governo na época do ministro Dilson Funaro era tecnicamente necessária, mas "o Brasil não precisava ter dado canelada de graça na comunidade financeira internacional". Segundo suas explicações, a moratória prolongada não trouxe benefícios para o País. FMI não é palavra e o País só abre mão da sua soberania se quiser. Podemos ir ao FMI aplicando o nosso programa — afirmou o ex-ministro, comentando que a dívida externa é um problema de toda a América Latina, e não apenas do Brasil, e este problema vai ter uma solução política. Disse ainda que "nenhum País pensa em pagar a dívida e nenhum credor pensa em receber este pagamento" e que os acordos provisórios ajudam a manter a relação com a comunidade financeira internacional enquanto a solução política global não vem. Segundo ele, até o PMDB já começa a enxergar esta realidade.

Afirmando que o problema mais grave do Brasil

não é a dívida externa, mas a inflação, Angelo Calmon lamentou que até hoje o governo não tenha decidido política, com suporte político, para cortar o déficit público. Neste ponto, a sua entrevista assumiu um tom duro, com previsões pessimistas.

Como cidadãos, temos de entender que precisamos fazer sacrifícios — declarou, esclarecendo que o País precisa desenvolver a consciência de que o Governo deve encolher e que haverá menos empregos públicos.

Ele teme, no entanto, que o Governo fique no bate e assopra, tomando medidas duras e depois relaxando para atender as pressões políticas. Se isso acontecer, acha que vamos fechar o ano de 1988 com uma inflação tão alta como a atual. Lembrou, então, a frase de Tancredo Neves que marcara o discurso de posse: "É proibido gastar!".

Os repórteres quiseram levantar uma questão difícil para um banqueiro, perguntando-lhe o que fazer para reduzir os juros. Ele respondeu que a redução dos juros depende da redução do déficit público. "Quem dita as taxas é o Governo, que é o maior tomador de dinheiro. O Governo é quem puxa as taxas de juros. O Banco Central tem o monopólio do mercado nessa área", comentou.

Angelo Calmon, que teve o seu nome citado em algumas áreas políticas como cotado para substituir Bresser Pereira no Ministério da Fazenda, acha que Sarney escolherá alguém de dentro do Governo e, pessoalmente, defende a opção pelo ministro interino, Mailson Nóbrega, "um profissional que conhece a máquina da Fazenda". O presidente do Banco Econômico lembrou que ministros que passaram pela Fazenda nos últimos anos levaram seis a sete meses para entender as rotinas, o que facilitaria a escolha de Mailson, um homem já adaptado ao cargo.

Mas a solução ideal seria um político que pudesse adotar medidas corajosas. Ulysses Guimarães, por exemplo, seria o homem ideal, se quisesse aplicar essas medidas — declarou Angelo Calmon.

Quércia não batalha mais pelos 5 anos

Da Sursusal

São Paulo — O presidente José Sarney já não conta mais com o apoio do governador Orestes Quércia para a aprovação do mandato de cinco anos na Constituinte. Após audiência com os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, ontem no Palácio dos Bandeirantes, o governador afirmou que a questão do mandato do Presidente está em aberto para ele, porque sente que a tendência dentro do Congresso e da opinião pública é pelos quatro anos: "e eu não vou ficar contra a opinião pública". Em seguida acrescentou: "n-ao vou mexer uma palha na votação do prazo do mandato do Presidente".

A conversa de quase uma hora que teve com os senadores, entretanto, não foi suficiente para convencê-lo a participar da reunião do próximo dia 9, em Brasília. Quércia manteve a sua posição de somente decidir se ingressará no grupo dos "históricos" após conversar com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Quércia frisou que não pretende interferir na votação do mandato na Constituinte, porque o que considera prioritário no País hoje é a urgente promulgação da nova Constituição. Para ele e os dois senadores, o que une o PMDB atualmente é o sentimento de que se deve apressar a votação da

nova Carta. No encontro que terá com Ulysses, o governador pretende pedir o empenho do presidente para que o PMDB como um todo colabore no sentido de uma unidade de ação para apressar a promulgação da Nova Carta.

Ao contrário do que havia se manifestado anteriormente em entrevista coletiva no Palácio, Quércia disse na presença dos senadores que não tinha qualquer restrição à reunião do próximo dia 9, e que considerava inclusive louvável que o grupo dos "históricos" queira fortalecer o PMDB. Admitiu, entretanto, que não concordava com a realização imediata de uma convenção extraordinária do partido, porque "em um dia não iam resolver os problemas".

O senador Fernando Henrique Cardoso esclareceu que a decisão da reunião do Rio de Janeiro é de se convocar uma convenção do PMDB provavelmente no mês de maio, após promulgação da Constituição e a escolha dos novos delegados. "Vamos analisar as candidaturas do partido para definir a cara do PMDB pela candidatura", Quércia então afirmou: "Aí sim eu sou favorável". Cardoso disse depois ao CORREIO que essa análise das candidaturas do partido poderá começar já na reunião do dia 9: "queremos mudar o PMDB o quanto antes.